de 24/01/2018 da Coordenadoria de Logística e Transporte, em anexo.

R E S O L V E:

DESIGNAR o servidor, JOÃO CLOVIS MELO DE OLIVEIRA ocupante do cargo em Comissão de Assistente I, matrícula funcional nº 57218621/2 e C.P.F. 729.771.832-72, para responder pela Coordenadoria de Logística e Transporte, na ausência da titular JACQUELINE PEREIRA DA SILVA SCHALKEN, Matrícula Funcional nº 57234835/1, que estará de férias no período de 01 a 30/03/2018.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
ADELAIDE OLIVEIRA DE LIMA PONTES
Presidente da FUNTEPLA

Protocolo: 285107

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

PORTARIA
**PORTARIA DE REDES. Nº 152/2018-GAB/PAD.
Belém, 01 de março de 2018.**

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 318/2018-NDE/OUVIDORIA de 28/02/2018, firmado pela Sra. Presidente do PAD instaurado nos termos da Portaria nº 463/2017-GAB/PAD de 26/10/2017, publicada no DOE nº 33.488 de 30/10/2017, prorrogado pela Portaria nº 68/2018-GAB/PAD de 21/02/2018, publicada no DOE nº 33.564 de 23/02/2018, requerendo o prosseguimento dos trabalhos processuais referenciados;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o Processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos indispensáveis à busca da verdade real dos fatos para formar sua convicção.

R E S O L V E:

I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 208 da Lei Estadual nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, de que trata a Portaria acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Processante.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Patrícia Miralha Leandro
Ouvidora

Protocolo: 285157
**PORTARIA DE ARQ. Nº 19/2018-GAB/PAD
Belém, 28 de fevereiro de 2018.**

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO o Julgamento proferido com base no teor do Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 235/2017-GAB/PAD, de 22/05/2015, publicado no DOE edição nº 32.379 de 23/05/2017.

R E S O L V E:

I – ARQUIVAR com fundamento no art. 201, I, da Lei Estadual nº 5.810/94, o Processo Administrativo Disciplinar supracitado, por não restar provada a ocorrência de infração disciplinar por parte das servidoras C.F.P., matrícula nº 57226026-2, M.L.P.S., matrícula nº 513962-1 e N.C.M.A.M, matrícula nº 5782791-2;

II – DETERMINAR que os setores competentes adotem as providências pertinentes;
III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Patrícia Miralha Leandro
Ouvidora

Protocolo: 285161
PORTARIA Nº 37/2018-GAB/PAD Belém, 26 de fevereiro de 2018.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO o Julgamento proferido com base no teor do Relatório Final da Comissão de SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA instaurada através da Portaria nº 136/2017-GAB/SIND, de 31/05/2017, publicada no DOE edição nº 33.387 de 02/06/2017, bem como os fatos denunciados nos autos do Processo nº 672787/2013 e anexos 805570/2014, 811439/2014 e os demais fatos conexos;

CONSIDERANDO o disposto no art. 199, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

R E S O L V E:

I – DETERMINAR a instauração de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** em desfavor dos servidores A.A.R., matrícula nº 57212857-1, J.A.S.R., matrícula nº 57196829-1, M.L.S.O., matrícula nº 57217669-1 e L.F.S.D.M., matrícula nº 5759285-2, pelo cometimento de transgressão, em tese, ao que dispõe o art. 178, I, c/c, 190, IV e XII e S.Q.R., matrícula nº 57209747-1, pelo cometimento de transgressão, em tese, ao que dispõe o art. 190, IV e XIX, todos da Lei Estadual nº 5.810/94;

II – CONSTITUIR Comissão composta pelas servidoras GISELE CHAVES PENNER, Mat. nº. 5314577-2, ALCINETE DO SOCORRO LIMA DA COSTA, Mat. nº 57211696-1 e MARIA DO CARMO FARIAS DA SILVA, Mat. nº 392677-1, para sob a presidência da primeira, apurarem no prazo inicial de 60 (sessenta) dias, o qual poderá ser prorrogado por igual período por conveniência e necessidade da Administração Pública;

III – DELIBERAR que a Comissão Processante terá dedicação exclusiva aos trabalhos apuratórios e, poderá reportar-se diretamente à autoridade e Órgãos da Administração Pública ou proceder às diligências necessárias à instrução processual;

IV – DETERMINAR que os setores competentes adotem as providências de estilo, para o pleno cumprimento do presente Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Patrícia Miralha Leandro
Ouvidora

Protocolo: 285165
PORTARIA DE SUBST. Nº 13/2018-GAB/PAD. Belém, 28 de fevereiro de 2018.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 285/2018-NDE, datado de 26 de fevereiro de 2018;

CONSIDERANDO o disposto no art. 199 da Lei Estadual nº 5.810/94-RJU.

R E S O L V E:

I – SUBSTITUIR a servidora MARIA ELISABETH DAMASCENO PINTO, Mat. nº 5743036-1, designada pela Portaria nº 416/2017-GAB/PAD, de 25/09/2017, publicada no DOE edição nº 33.466 de 26/09/2017, na qualidade de presidente, pela servidora MARIA DO SOCORRO RODRIGUES FONTOURA, Mat. nº 392677-1;

II – Revogam-se as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Patrícia Miralha Leandro
Ouvidora

Protocolo: 285158
PORTARIA Nº 35/2018-GAB/PAD Belém, 28 de fevereiro de 2018.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO o Julgamento proferido com base no teor do Relatório Final da Comissão de SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA instaurada através da Portaria nº 51/2017-GAB/SIND, de 31/01/2017, publicada no DOE edição nº 33.307 de 03/02/2017, bem como os fatos denunciados nos autos do Processo nº 985446/2016 e anexo 1014462/2016 e os demais fatos conexos;

CONSIDERANDO o disposto no art. 199, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

R E S O L V E:

I – DETERMINAR a instauração de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** em desfavor das servidoras M.B.C.S., matrícula nº 57196394-2, pelo cometimento de transgressão, em tese, aos arts. 177, II e VI, c/c 178, XI e N.N.S., matrícula nº 57213729-1, pelo cometimento de transgressão, em tese, aos arts. 177, IV e VI, c/c 178, XI, todos da Lei Estadual nº 5.810/94;

II – CONSTITUIR Comissão composta pelos servidores KARINA DA ROCHA GÓES ARAÚJO, Mat. nº 57202717-1, LUCIANA GOMES CARAMELO, Mat. nº 5786061-2 e NELSON RÉGO SALDANHA, Mat. nº 5900569-1, para, sob a presidência da primeira, apurarem no prazo inicial de 60 (sessenta) dias, o qual poderá ser prorrogado por igual período por conveniência e necessidade da Administração Pública;

III – DELIBERAR que a Comissão Processante terá dedicação exclusiva aos trabalhos apuratórios e, poderá reportar-se diretamente à autoridade e Órgãos da Administração Pública ou proceder às diligências necessárias à instrução processual;

IV – DETERMINAR que os setores competentes adotem as providências de estilo, para o pleno cumprimento do presente ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Patrícia Miralha Leandro
Ouvidora

Protocolo: 285162
**PORTARIA DE ARQ. Nº 07/2018-GAB/SIND.
Belém, 26 de fevereiro de 2018.**

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO o Julgamento proferido com base no teor do Relatório Final da Comissão de SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA instaurada através da Portaria nº 263/2015-GAB/SIND, de 04/12/2015, publicada no DOE edição nº 33.028 de 10/12/2015.

R E S O L V E:

I – ARQUIVAR com fundamento no art. 201, I, da Lei Estadual nº. 5.810/94, por não restar provada nos autos a existência de elementos comprobatórios ensejadores de responsabilização por parte de servidores desta Secretaria.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Patrícia Miralha Leandro
Ouvidora

Protocolo: 285166
**Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Educação**

Secretaria Adjunta de Ensino

PORTARIA Nº 14 / 2018 - SAEN

O **SECRETÁRIO ADJUNTO DE ENSINO**, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o que preconiza a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN);

CONSIDERANDO a Lei nº 7.806, de 29 de Abril de 2014, que dispõe sobre a regulamentação e o funcionamento do Sistema de Organização Modular de Ensino - SOME, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC;

CONSIDERANDO a política de expansão do Ensino Médio no Município de **PARAUPEBAS**, jurisdicionado pela 21ª Unidade Regional de Educação (Parauapebas), que apresenta demanda apta para ingressar no Ensino Médio, conforme a conclusão do Processo nº 1179230/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a implantação do SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR DE ENSINO a partir do ano de 2018, na ALDEIA OO DJA, para funcionar nas dependências da Escola Municipal de Ensino Fundamental Indígena BEP TUM – XIKRIN, situada na Aldeia OO DJA, no município de Parauapebas - Zona Rural;

Art. 2º - A matrícula dos alunos será efetivada na **EEEM EDUARDO ANGELIM** (situada no município de **Parauapebas**), a qual expedirá, assinará e arquivará os documentos dos alunos a que se refere o artigo anterior, conforme o que dispõe a Resolução nº 813, de 11 de dezembro de 2000, do CEE (Conselho Estadual de Educação);

Art. 3º - Para atender ao que dispõe o artigo anterior a Secretaria Adjunta de Ensino (SAEN) em conjunto com a Coordenação Geral - SOME, Coordenadoria de Educação Escolar Indígena e 21ª **URE/Parauapebas**, providenciarão junto à CODES (Coordenação de Descentralização), a lotação do quadro de servidores de acordo com a formação de turmas registradas pela Direção da Unidade de Ensino, como dispõe a Instrução